

-----**ATA NÚMERO 29/2023**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE DE JULHO DO ANO DOIS MIL E VINTE
TRÊS.**-----

-----Aos vinte dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e três, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Senhor Presidente, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, estando presentes os Senhores Vereadores: Bruno Miguel Camacho Pereira, Helena Maria Pereira Leal, Vitor Hugo Rodrigues de Jesus, e Micaela Gomes Camacho. A assessorar esteve presente Luís Nuno Rebelo Fernandes de Olim, Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal e a secretariar Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Administração Geral.-----

---Presentes ainda os Senhores Bernardo Homem de Gouveia Tranquada Gomes, Amílcar Xavier Caires Nunes e as Senhoras Sancha de Carvalho e Campanella, Sara Xavier Reis Gonçalves Rodrigues, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, Joana Carolina Oliveira da Silva, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, o Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, a Senhora Vereadora Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira, os

Senhores Vereadores Rúben Dinarte Silva Abreu, João José Nascimento Rodrigues e a Senhora Vereadora Nádia Micaela Gomes Coelho, da Coligação Confiança e Coligação Funchal Sempre à Frente, respetivamente.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, declarou aberta a reunião.---

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Vereador Vítor de Jesus, da Coligação Confiança, deu conta de uma notícia avançada pelo Expresso de um programa para que as famílias carenciadas com animais de companhia possam ter direito a cuidados médicos-veterinários gratuitos sendo que o apoio está dependente de uma candidatura municipal, questionando se a Câmara Municipal do Funchal havia se candidatado, ao que o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, esclareceu que a Autarquia desde há muitos anos, antes deste anúncio, trabalhava gratuitamente através de um programa de vacinação e esterilização em todas as freguesias do concelho e no ano passado, foi aberto um centro de atendimento na Rua da Alegria, destinado a famílias carenciadas, onde são prestados serviços de cuidados médicos aos animais de companhia, devidamente identificados, a expensas da Câmara, referindo ainda desconhecer por completo a existência deste programa, dando nota que se o mesmo é nacional deveria ter sido dado conhecimento a todas as Autarquias o que não aconteceu, no entanto, a Câmara já implementou este trabalho há

muito tempo e a própria AMRAM já faz estas campanhas de esterilização e vacinação há anos e tem sido um grande apoio a todos os municípios a expensas da AMRAM e ainda recentemente foi reforçada esta linha de apoio. Continuando, referiu que o trabalho nesta área continuará a ser efetuado em todas as freguesias da cidade e com números elevados de taxas de participação, para famílias carenciadas.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Vereador Vítor de Jesus, da Coligação Confiança, fez referência a uma notícia do Diário de Notícias, em que a Autarquia investiria mais de seis milhões de euros para asfaltagem das principais artérias da cidade, questionando, a este propósito, se estava previsto a substituição dos paralelepípedos e se neste plano estaria previsto o alcatroamento das artérias contempladas no âmbito da empreitada de controlo de fugas de água, ao que o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, começou por referir que não estava prevista a substituição de zonas com paralelepípedos por alcatrão, estando previsto sim a repavimentação das artérias em maior estado de degradação.-----

-----Intervindo sobre esta matéria, o Senhor Vereador Bruno Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, referiu já existir uma listagem com os arruamentos a intervir, nomeadamente com pavimento betuminoso, com fresagem, com reposição da camada de desgaste nalgumas artérias, com aplicação de uma tela e outras incluem também as marcações rodoviárias com tintas

termoplásticas. Disse que os trabalhos decorrerão essencialmente durante o próximo ano e que é uma empreitada autónoma relativamente à empreitada do controlo de fugas de água, porque as candidaturas a fundos europeus não permitem a repavimentação integral dos arruamentos intervencionados, pelo que será necessária esta empreitada específica para estas intervenções de pavimentação. -----

-----Ainda relacionado com este assunto, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, acrescentou que quando o procedimento estiver concluído será presente à Câmara. Disse ainda que serão efetuadas com divisão em lotes, de forma a que as obras sejam executadas com a maior rapidez possível, informando que já tivera início uma intervenção na Rua João de Deus, de forma a aproveitar as férias escolares e que possam estar terminadas as intervenções antes do início das aulas.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, o Senhor Vereador Bruno Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, e em complemento, informou que “no âmbito da empreitada do controlo de fugas de água e aproveitando as férias escolares, iniciaram-se as obras na Rua da Ponte Nova e, como já referido na Rua João de Deus, esta última que irá ser complementada com uma empreitada que foi efetuada paralelamente para repavimentações pontuais e que irá abranger outras artérias da cidade durante o verão, dando conta ainda que na Rua João de Deus, serão removidos os paralelepípedos que estão por baixo do alcatrão e que poderão ser

utilizados noutros locais, reforçando também que não existirão alterações aos pavimentos existentes”.-----

-----Usando agora da palavra, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, e a propósito do Plano Municipal de Integração das Pessoas Sem-Abrigo, já abordado anteriormente, e tendo sido referido pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vereadora Helena Leal que estariam a monitorizar e trabalhar no Plano, inclusive na parte de integração na casa feminina de apoio e, em de 2022, o Governo Regional teve o apoio de quatro milhões para esta causa, tendo sido referido também que o Funchal beneficiaria desse apoio e teria ainda mais, assim como acompanhamento nesta área de forma a mitigar esta situação, sendo que, neste momento, não há conhecimento do referido Plano, questionando se a Autarquia tem acompanhado o Plano do Governo Regional e sabendo que não existe uma caracterização desta população e tendo em conta que as características desta têm vindo a se alterar, questionou também se estaria a ser efetuado um acompanhamento por parte da Câmara e se as associações têm sentido que os apoios do Governo Regional, naquilo que são os objetivos, serão suficientes, solicitando uma cópia do Plano de forma a perceber o que está a ser feito e de forma a prestar contributos para o referido Plano.-----

-----Intervindo relativamente a esta matéria, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, referiu: “Há a necessidade de distinguir os tipos de Sem-Abrigo, entre os que têm carências económicas e

os que optam por viver na rua por questões relacionadas com o consumo de drogas, sobretudo as sintéticas. Nunca existiram tantos apoios sociais para as famílias carenciadas como agora e atualmente vê-se na rua indivíduos com problemas de drogas e que é um problema de toda a sociedade. Recentemente foi inaugurado o Laboratório da Polícia Judiciária que irá ter outra intervenção nesta área, bem como o centro que irá ser desenvolvido no Santo da Serra, bem como o acompanhamento que está a ser feito pelo SESARAM e pela Segurança Social, mas fora estas ações, mais importante são as alterações legislativas que devem ser mais rápidas do que a forma como estão a ser produzidas, não sendo este um problema unicamente da Câmara Municipal e neste aspeto, a Câmara tem efetuado trabalho, dentro das suas competências, encerrando becos conflituosos, criando gradeamentos em áreas habitacionais a pedidos dos moradores, encerrando com blocos vãos de portas e janelas de moradias devolutas, lavagem de ruas, de forma a evitar a pernoita de pessoas e está a ser preparado uma alteração ao regulamento municipal existente para ajudar a resolver de forma a reforçar algumas situações que não estavam contempladas. Quanto à droga específica é um tema para o qual têm vindo a ser alertadas as entidades competentes e mesmo relativamente aos horários de funcionamento dos eventos, a Câmara Municipal começou por dar o exemplo, reduzindo o horário de funcionamento, pelo que é necessário distinguir as duas realidades e apontar para soluções

objetivas e adequadas”.-----

-----Intervindo sobre esta matéria, o Senhor Vereador Bruno Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, deu ainda conta que se relativamente às drogas tradicionais há um controlo de deteção ao nível de fronteiras físicas, aeroportos e portos, com cães treinados e procedimentos policiais implementados há muitos anos. Contudo ao nível das NSP’s não existe esse controlo, visto que a entrada na Região é feita essencialmente por via Postal, sendo que este trabalho terá de ser desenvolvido e implementado pelo Ministério da Administração Interna e as pelas forças policiais que estão debaixo da sua tutela. -----

-----Usando da palavra sobre este tema, a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, referiu que “em relação à questão policial, existe conhecimento que este tipo de situação é gerida também com o vetor da segurança em simultâneo e não é só com mais apoios ou só com a parte da segurança, mas sim com a concertação entre estas forças atuando no mesmo sentido e com o mesmo objetivo. Relativamente ao Plano, neste momento, e apesar de existir uma estratégia municipal neste sentido, o documento final será presente em devida altura”.-----

-----Intervindo, de novo, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, disse que seria necessário caracterizar esta população, de forma a definir os tipos de ações, ao que a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à

Frente, referiu que há conhecimento das características destes indivíduos, no entanto a Câmara não se pode substituir às Entidades com competência para tal, existindo um trabalho de envolvimento contínuo entre estas entidades afetas a esta questão de saúde. Relativamente ao Plano Regional, esclareceu que existiu uma fase de avaliação que resultará na melhoria das ações e com os contributos das várias entidades e neste aspeto, referiu que em termos de apoios sociais foram aumentados em mais de 47%.-----

-----A Senhora Vereadora Nadina Mota, da Coligação Funchal Sempre à Frente, interveio dizendo que o executivo anterior passou quatro anos a preocupar-se com fatores que não interessavam exemplificando com os cacifos para os Sem-Abrigo e outras medidas que não resolveram nada em vez de se preocuparem com questões reais.-----

-----Retomando a palavra, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, voltou a reforçar que existe um problema e que terá que ser resolvido e, neste momento, disse ser uma realidade mas continuam-se a tomar medidas avulso, ao que a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, refutou dizendo que “não são medidas avulso, dando o exemplo da Habitação Solidária, explicando que rapidamente poderiam ter colocado quatro pessoas na casa, mas pelo facto de existir uma estratégia bem delineada, o processo demorou mais devido à avaliação das pessoas, com treino de competências e com programas de capacitação e de forma a trabalhar eixos essenciais

para que possam ter um projeto de vida e todas elas encontram-se neste momento a trabalhar, uma delas no município, existindo ainda um protocolo com entidades privadas de forma a acolher estas pessoas e todas estão a trabalhar e tem sido feito um trabalho de sensibilização nesta área muito importante de articulação com as várias entidades envolvidas pelo que não são medidas avulso.”-----

-----Prosseguindo, a Senhora Vereadora Micaela Camacho, da Coligação Confiança, questionou quando é que o Plano Municipal estaria concluído, ao que a Senhora Vereadora Helena Leal, da Coligação Funchal Sempre à Frente, respondeu que o documento físico será presente à Assembleia Municipal em dezembro, referindo no entanto, que o Plano já estava em execução no terreno.-----

-----Usando agora da palavra, a Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, referiu que em 2021, foi promessa que iria ser criado um pavilhão multiusos, questionando se ainda é uma ideia do presente executivo, bem como que o Funchal seja a capital do desporto e se sim para quando, ao que o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, referiu que “é verdade que o Funchal transformou-se numa capital do desporto e esta Câmara tem incentivado e apoiado muito a prática desportiva e os eventos desta natureza e o pavilhão multiusos referia-se a um específico e que o Governo Regional já apontou como solução, nos Louros, com uma vertente mais ligada ao andebol mas não só.

Pretendemos efetuar juntamente com as Juntas de Freguesia a requalificação correta de alguns espaços desportivos existentes. O pavilhão não tem de ser único e específico para um fim e no caso dos terrenos junto à Penteada existiram já vários projetos desportivos para o local e o Governo Regional pretende construir habitação e o Funchal tem já muitos recintos desportivos e infraestruturas sendo que alguns necessitam de reabilitação e efetuado um ajustamento de horários para a sua utilização”.-----
-----Retomando a palavra a Senhora Vereadora Sancha de Campanella, da Coligação Confiança, reiterou pela terceira vez a preocupação com a proteção habitacional dos munícipes do Funchal, da seguinte forma: “Reitero todos os fundamentos constantes das propostas apresentadas a 6 de setembro de 2022 e a 23 de fevereiro de 2023, por entender que habitação é uma das expressões mais visíveis da condição social das populações, e é essencial ao bem-estar da mesma. A 23 de fevereiro de 2023, e após foram análise do número de registos de AL existente nas 10 freguesias do Funchal, foi sugerida a criação de um Regulamento do Alojamento Local, por forma a regulamentar esta atividade, definindo as áreas de contenção, nas freguesias em que se verificasse uma forte saturação de alojamento local, tais como São Martinho, Sé, São Pedro e Santa Luzia, impondo, igualmente, limites relativos ao número de alojamento local (a definir em limites percentuais em proporção dos imóveis disponíveis para habitação), nos termos do art.º 15-A do Regime Jurídico do Alojamento Local,

aprovado pelo DL n.º 128/2014, de 29 de agosto, com as alterações do DL n.º 9/2021, de 29/01. As áreas que deveriam ser revistas de dois em dois anos. Foi proposto igualmente a suspensão da autorização de novos estabelecimentos de alojamento local pelo prazo de um ano, nos mesmos moldes dos ocorridos em Lisboa e Porto em outubro de 2022. Estas medidas foram chumbadas pelo executivo Camarário, alegando, tal como ficou na ata da referida reunião, que já estava em desenvolvimento a regulamentação do alojamento local. Volvidos mais cinco meses sobre o chumbo da proposta da criação de um Regulamento sobre o Alojamento Local para contenção do crescimento desordenado deste fenómeno, verifica-se a continuação do crescimento do AL. Crescimento este que é feito às custas das habitações potencialmente disponíveis para habitação dos munícipes. De acordo com o registo Nacional do Alojamento Local, verificamos que atualmente temos 2275 registos de alojamento local, os quais cresceram de uma forma não uniforme por freguesia, e que relativamente ao ano transato significa um crescimento de 32,5%, sendo que de janeiro até ao presente verificamos um aumento de 268 registos, que podiam ter sido controlados se tivesse sido efetuada a regulamentação proposta. O Funchal com uma área urbana de 76,25Km² tem uma média de 29,9 alojamentos locais por Km. Assim, num momento em que em todo o país está empenhado em valorizar a habitação e em conter ou ordenar o AL, o Funchal vai em contraciclo, permitindo o crescimento

desorganizado do alojamento local. Por outro lado, e a agravar a crise habitacional, não podemos esquecer novos fatores, como a inflação, e o aumento exponencial das rendas habitacionais na Madeira, sendo inclusivamente a terceira região do país com o valor mais elevado de preço habitacional em arrendamento por metro quadrado. Ao nível das rendas habitacionais, de acordo com o Idealista, em junho de 2023, situa-se em 13,3 € por m², com um aumento de 28,1% relativamente a junho de 2022. Acresce ainda que o Funchal é a segunda cidade do país onde é mais caro comprar casa e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2022), os trabalhadores madeirenses empregados por conta de outrem, recebem o salário médio mensal líquido mais baixo de todas as regiões do país. O crescente aumento do alojamento local que retira do mercado de arrendamento dezenas de habitações, pelo que urge regulamentar este sector e criar zonas de contenção e definir a suspensão de novas licenças. Propomos, novamente, a criação de regulamentação para áreas de contenção e suspensão de novas licenças. Propomos a aplicação de rácios de suspensão de novas licenças, semelhantes aos utilizados por Lisboa: habitação permanente versus Alojamento Local, decretando-se, assim, a suspensão de novas licenças quando o rácio fosse superior a 2,5%. Assim, 6 das 10 freguesias do Funchal, estariam acima dos rácios de suspensão. A freguesia da Sé demonstra uma saturação de AL, tendo um rácio de 40,60%. Apenas freguesias qualificadas como zonas altas não estariam dentro dos limites de suspensão (São

Roque, Santo António, Monte e Imaculado Coração de Maria). Se a uma freguesia como a Sé, adicionarmos o Alojamento ilegal e as unidades hoteleiras, iremos verificar que esta freguesia é escassa de residentes, sendo uma freguesia descaracterizada em termos de população local. Alojamento local pressupõe locais, residentes, e isso tem que ser garantido. Impõe-se monitorizar a evolução e a distribuição geográfica do Alojamento Local, por forma não só a definir uma estratégia como garantir um desenvolvimento sustentável do Funchal. Defendemos a livre iniciativa privada e empresarial bem como reconhecemos a importância do empreendedorismo e do Alojamento Local no sector da economia e da reabilitação urbana, no entanto, é necessário adotar uma abordagem equilibrada que concilie o desenvolvimento do setor com a preservação do património, o bem-estar dos residentes e a qualidade de vida da comunidade, evitando desequilíbrio na composição social das áreas afetadas, com possibilidade de diminuição da população residente e a perda de identidade local, evitando pressão sobre os serviços públicos (transportes, saneamento, etc.), o que só se alcança com regulamentação e planificação do sector do AL.”-----

-----Intervindo, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, sobre este tema referiu que “a Câmara tem um estudo sobre o AL e o rácio nacional é de 25% e nestas condições só existe uma freguesia com este valor que é a da Sé, todas as outras estão muito abaixo deste valor, sendo que em termos numéricos a realidade do

funchal não chega a 5%, existem 2275 registos de AL para mais de 41 mil alojamentos familiares registados como sendo residência habitual. Este levantamento e estudo está a ser feito, mas não se utilizará esta questão para ser concordante com uma taxa de mais imposto no Funchal e o AL não é o causador do aumento de preços das casas, mas sim a falta de casas disponíveis e felizmente, agora sim está a existir um aumento exponencial de licenciamentos de construção e o AL não deve ser visto como bode expiatório e tem servido para a requalificação de zonas degradadas. Continuando, refiro que acompanho a preocupação manifestada e prova disso é que está a ser feita uma monitorização quase diária, mas não irá ser criada nenhuma regulamentação, para já, no sentido de condicionar o AL, aliás no Funchal, existe muito espaço de progressão e tem que se olhar para várias realidades a importância socioeconómico, para o contributo para a economia e para a reabilitação da cidade.-----

-----Tomando a palavra e ainda sobre este tema, o Senhor Vereador Bruno Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente, referiu que nos últimos dez anos foi contruída habitação social mas devido aos eventos ocorridos, nomeadamente o 20 de fevereiro e os incêndios, absorveram as casas disponíveis.-----

-----Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado disse que há que olhar para a cidade caso a caso e freguesia a freguesia, pretendendo-se uma cidade com pessoas e residencial, reconhecendo que em determinadas zonas poderá

equacionar-se a suspensão de licenciamentos, mas não está prevista a criação de regulamento nesta área porque o AL tem sido um complemento socioeconómico e um complemento muito importante ao nível do turismo e a Câmara irá continuar a acompanhar esta situação e o que tem sido feito é adaptar os Planos e foram criadas estratégias na área da habitação, social e fiscal e que representam um apoio muito significativo aos munícipes da cidade.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – VOTO DE PESAR:-----

----- - **Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Duarte Bettencourt da Câmara:** - Subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara, Pedro Calado, foi presente e unanimemente aprovado o Voto de Pesar com o seguinte teor:-----

---“A Câmara Municipal do Funchal, reunida a 20 de julho de 2023, expressa o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Duarte Bettencourt da Câmara, antigo diretor do Parque Ecológico do Funchal. Natural do Funchal, cidade onde nasceu em 21 de dezembro de 1955, Duarte Câmara era licenciado em Biologia e foi um cidadão considerado no seu meio, um ambientalista conhecido

e de reconhecidos méritos, tendo assumido a direção do Parque Ecológico do Funchal em 1994. Abraçou este desafio de forma empenhada, apaixonada e com elevado sentido de responsabilidade, desempenhando um papel importante na criação e crescimento do que é atualmente o nosso Parque. Deixou, assim, uma marca fundamental na defesa da nossa biodiversidade, com o início de uma estratégia de conservação da natureza, através de um plano de repovoamento florestal com recurso a espécies da flora indígena. Definiu também que o Parque Ecológico do Funchal fosse um local privilegiado para a promoção da educação ambiental e de atividades de lazer para os visitantes e contacto com a natureza. Através da sua visão e perseverança, o nosso Parque Ecológico é um legado para esta e gerações futuras, com os atuais dirigentes e colaboradores a perpetuar e defender este valioso património natural, num ativo estratégico para combater as alterações climáticas. Nesta ocasião, a Câmara Municipal do Funchal expressa o seu mais profundo pesar pela morte do Dr. Duarte Bettencourt da Câmara, transmitindo à sua Família e amigos as mais sentidas condolências”.

2 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Prestação de Serviços de Limpeza em todos os Edifícios do Município do Funchal - Adjudicação e Aprovação das Minutas dos Contratos: - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra da Coligação Confiança adjudicar a prestação de serviços acima referenciado, à concorrente “IBERLIM – Higiene e

Sustentabilidade Ambiental, S.A.”, o Lote 1, pelo valor total de € 740.643,12 (setecentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e três euros e doze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal aplicável, e à concorrente “Concha Prateada, Limpezas e Manutenção, Lda.” o Lote 2, pelo valor total de € 782.850,00 (setecentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o relatório final do júri. Mais deliberou aprovar as Minutas dos Contratos a celebrar com as referidas adjudicatárias.-----

-----**Declaração de Voto da Coligação Confiança:** “Os vereadores da Confiança votaram contra esta proposta, por não ser possível avaliar, com os elementos apresentados, se o procedimento de Contratação Pública fica ferido de legalidade, uma vez que se constata que o concorrente **Concha Prateada, Limpezas e Manutenção, Lda.**, vencedor do lote 2, viu o valor da sua proposta officiosamente alterado pelo júri para os lotes 1 e 2”.--

-----**Declaração de Voto da Coligação Funchal Sempre à Frente:** “Relativamente à questão levantada pelos Vereadores da Coligação Confiança relembramos a posição do júri expressa no Relatório Final deste procedimento, que transcrevemos na íntegra e que merece a nossa concordância: “No documento que constitui a proposta, onde se encontram vertidos os preços unitários, bem como o preço total da proposta, do concorrente Concha Prateada, Limpezas e Manutenção, Lda. para os Lotes 1 e 2, o júri detetou que o concorrente não tinha somado as últimas duas linhas

referentes aos preços parciais para os serviços de limpeza pontuais/extras/planeados, que constam da proposta. Desta forma, é evidente para qualquer destinatário, que se trata de um lapso da soma dos valores da proposta, e que o preço introduzido no formulário da plataforma AcinGov deve ser corrigido, por recurso à faculdade prevista no artigo 72.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o qual «o júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas candidaturas ou propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido”.

3 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:

Empreitada de Construção do “Empreendimento da Nazaré – 33 Fogos, Infraestruturas e Arranjos Exteriores” – Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato: - Foi deliberado, por unanimidade, adjudicar a execução da empreitada mencionada em título, à Sociedade “Classe Concreto, Unipessoal, Lda.”, pelo valor total de € 4.203.453,86 (quatro milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal aplicável e pelo prazo de execução de seiscentos e trinta (630) dias, de acordo com o relatório final do júri do procedimento. Deliberou ainda aprovar a Minuta do Contrato a celebrar com o mencionado adjudicatário.

4 – ACESSO A BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR/Autorização e Pagamento: - A Câmara deliberou, por

maioria, com abstenção da Coligação Confiança, de acordo com a informação do Departamento de Educação e Valorização Social – Divisão de Educação (refª I-16829/2023), aprovar a atribuição e pagamento referente ao Programa de “Acesso a Bolsas de Estudo para o Ensino Superior”, às candidaturas apresentadas, conforme lista anexa à referida informação, com o valor total de € 2.375,00 (dois mil, trezentos e setenta e cinco euros).-----

-----**Declaração de Voto da Coligação Confiança:** “A Confiança é favorável à atribuição de bolsas para todos os estudantes universitários, tendo inclusive apresentado uma proposta nesse sentido, contudo considera que a competência de aprovação destes apoios está delegada no vereador com o pelouro, pelo que não se considera necessário o seu agendamento em reunião de Câmara, devendo ser este a aprovar os pedidos. Por tal facto, os vereadores da Confiança optaram pela abstenção. Caso seja entendimento da maioria PSD e caso continuem a ter esta interpretação, a Confiança sugere que sejam avocadas as competências delegadas no presidente e nos vereadores nestas matérias”.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, deu por encerrada a reunião às onze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Administração Geral, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada através do Edital nº 570/2023, publicada no locais de estilo.-----